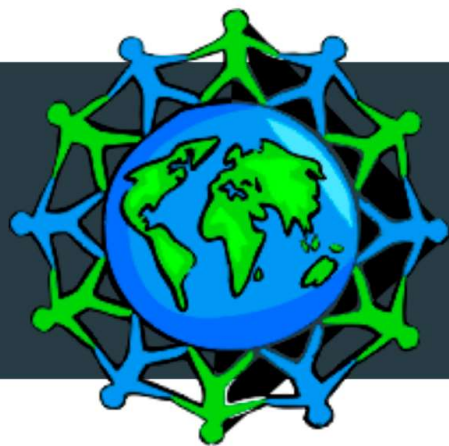




Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

TENDÊNCIAS DA PESQUISA SOBRE POLÍTICA SOCIAL: O Estado da Arte das Dissertações de Mestrado sobre Política Social nos anos de 1980 na área do Serviço Social

RESEARCH TRENDS ON SOCIAL POLICY: The State of the Art of Master's Dissertations on Social Policy in the 1980s in the area of Social Work

Angela Kaline da Silva Santos¹

Lucicleide Cândido dos Santos²

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida³

RESUMO

O presente artigo caracteriza-se como uma investigação bibliográfica e documental através do uso da metodologia do estado da arte em torno do universo de 29 Dissertações de Mestrado defendidas nas duas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFPB, no período de 1980. Esse universo encontra-se distribuído em 11(38%) dissertações na área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; e 18 (62%) na área de Política Social. Por se tratar das tendências da pesquisa sobre Política Social na área do Serviço Social, entende-se que este se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como contexto histórico o desenvolvimento capitalista industrial, a expansão urbana e a exploração do trabalho, gerador de múltiplas contradições. Conforme aludido, este artigo circunscreve-se à análise da totalidade da produção das 18 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas a área de Política Social.

Palavras-Chaves: Política Social, Tendências da Pesquisa, Serviço Social, PPGSS/UFPB.

¹ Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: lucicleidec1@gmail.com.

³ Professora de Serviço Social no departamento de Social na UFPB, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. E-mail: blfalmeida@uol.com.br.

ABSTRACT

The current article describe about itself as a bibliographic and documental investigation through methodology's use of the state of the art around the scope of 29 masters degree thesis argues in two focused areas of postgraduates program in social service/UFPB, in the period of the 1980's decade. This universe lie distributed in 11(38%) thesis in the fundamental area of the rationale theoretical-practical of Social service; and 18(62%) in the area of Social Policy. Because it is focused in social policy's research in social service area, could be understood that it is conceived and develops as a recognized profession in the social division of labor, for the instance of historical context the development of the industrial capitalism, the urban expansion and labor exploration, triggering multiple contradictions. As alluded, this article restrain itself to analysis of the whole production of the 18 masters degree thesis of PPGSS/UFPB, associated with social policy area.

Keywords: Social Policy, Researchs Tendency, Social Service, PPGSS/UFPB.

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica na área do Serviço Social é impulsionada quantitativa e qualitativamente com a criação dos primeiros cursos de Pós-graduação em nível de mestrado na área nos anos de 1970. Afirma Kameyama (1998, p.03) ao se referir a importância dos cursos de pós-graduação para pesquisa e a produção do conhecimento no Serviço Social “[...] os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimento e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica”.

Outro fator importante para o desenvolvimento da pesquisa no Serviço Social é o adensamento teórico no final dos anos de 1970, principalmente com uma resistência ao pensamento conservador funcionalista e de reatualização conservadora fenomenológica, pela intermediação da aproximação e aprofundamento teórico do legado marxista.

Outro aspecto para o desenvolvimento da pesquisa e produção do conhecimento do Serviço Social é a criação dos primeiros cursos de Doutorados na área, 1981, e a fundação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (Cedepss) em 1987, órgão da Associação Brasileira de Serviço Social (Abess), revisada

em 1998 em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). Destaca-se também em 1984 o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Serviço Social como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas.

Carvalho e Silva (2004, p. 04) afirmam que houve,

Significado avanço da participação dos assistentes sociais brasileiros em atividades de pesquisa e na produção de conhecimento, passando estas a serem consideradas, no âmbito da profissão, como atribuição profissional fundamental tendo como resultado uma rica produção científica sobre as políticas sociais, sobre a profissão e sobre questões sociais relevantes, o que faz com que o Serviço Social seja considerado área específica de conhecimento do campo das ciências Sociais Aplicadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq [...]

Em relação ao *lócus* da pesquisa, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba foi criado em 1978, em nível de mestrado, pela Resolução Nº 202/77 do CONSUNI. E 5º programa mais antigo do país e o 1º da Região Nordeste. A discussão dos resultados em torno das Dissertações de Mestrado, defendidas no PPGSS/UFPB, nos anos de 1980, embasa-se na aplicação do estado da arte mediante a leitura estatística descritiva com uso de tabela simples e da análise textual de caráter qualitativo.

Essa análise quanti-qualitativa dos resultados articula-se à explicação crítica em torno das análises teóricas da literatura do Serviço Social sobre pesquisa e demais temáticas que perpassam este estudo.

Os estudos de tipo estado da arte permitem “[...] um recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura”. (HADDAD, 2000, p. 4)

2. CONJUNTURA BRASILEIRA NOS ANOS DE 1980: PASSAGEM DO REGIME AUTORITÁRIO PARA O REGIME DEMOCRÁTICO

Os anos de 1980, embora intitulado como a “década perdida” em razão dos péssimos indicadores sociais e econômicos, são acompanhados pela ebulição política,

materializado no processo de Redemocratização do país, mediante: Movimento de “Diretas Já”, Assembleia Constituinte, promulgação da Constituição “Cidadã”, dentre outros que assinalam conquistas políticas, a exemplo da consolidação das políticas sociais na perspectiva da garantia de direitos.

Behring (2003) em sua obra “Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos” ao analisar a crise econômica e o processo de democratização no Brasil dos anos de 1980, elabora a seguinte pergunta: “Como o país adentra nos anos de 1980?” (p. 131). A resposta está na compreensão do problema do recrudescimento do endividamento externo e suas consequências a partir de 1979.

Para Kucinski e Branford (*apud* BEHRING, 2003), a chamada “crise da dívida” nos anos de 1980 - não só no Brasil, mas no quadro da América Latina – marca um contexto de onda longa de estagnação, em decorrência da política norte-americana na busca da hegemonia do dólar e o início das pressões que anularam a possibilidade de ruptura com a heteronomia do desenvolvimentismo fundada na substituição de importações. Nesse período, há um salto percentual de taxas de juros por parte dos credores, acarretando uma inversão da transferência de dívida em curtos prazos, acompanhada de uma queda das exportações de matérias-primas, o que provoca um verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana.

Por pressão do FMI ocorre uma crescente socialização da dívida. No caso brasileiro, 70% da dívida externa tornou-se estatal, o que resulta para o governo três alternativas: cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do Tesouro a juros atraentes. Ao longo da década, a opção foi à emissão de títulos que elevaram os juros e alimentaram o processo inflacionário, que causou,

[...] o empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; a crise dos serviços sociais públicos; o desemprego; a informalização da economia; o favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Ou seja, características regionais preexistentes à crise da dívida foram exacerbadas no contexto dos anos de 1980. (BEHRING, 2003, p. 134)

Esse processo relaciona-se às transformações societárias advindas da crise do capitalismo que se instala entre o fim dos anos 1960 e início dos 1970, atingindo as economias industrializadas baseadas no pacto fordista/keynesiano. Conforma-se no processo de fragilização do padrão de crescimento que, por quase três décadas,

sustenta o pacto de classes expresso no Welfare State. A sua derrocada deslança uma profunda crise do capitalismo. Ademais, com as quedas das taxas de lucro os investidores empurram o capital monopolista para os países periféricos.

O contexto brasileiro, durante a ditadura militar, é conhecido como o “Milagre Econômico”, dado às condições políticas favoráveis para a instalação de unidades produtivas transnacionais. Entretanto, a estagnação chega à periferia, causando a queda dos índices de crescimento. Em resumo, a dívida externa brasileira cresce aceleradamente com a articulação entre a burguesia nacional, o Estado e o capital estrangeiro – fundadores do “Milagre Econômico” (OLIVEIRA, *apud* BEHRING, 2003).

Através dos juros flutuantes, advindos da política norte-americana, contrariando os acordos de Bretton Woods (1944), a dívida não pôde ser mais redimida. Tornando-se uma estratégia de extração de renda e de dominação política dos Estados Unidos sobre as economias periféricas. Ao longo dos anos de 1980, as renegociações sucederam-se desastrosas, por serem incapazes de reverter os juros flutuantes e as políticas de estabilização que tiveram fraco fôlego.

Em relação à passagem do regime autoritário para o regime democrático que se engendra muito antes da década 1980, materializa-se na eleição indireta para Presidente da República, sob o formato do Colégio Eleitoral, o que contraria frontalmente o Movimento das “Diretas Já” defendido pelas forças políticas dos trabalhadores e dos movimentos populares. Tancredo Neves é eleito, mas morre antes da posse, e o vice José Sarney assume a Presidência.

Durante a Nova República ou Sexta República, iniciada em 1985, no que diz respeito ao parque industrial do país ocorre uma elevação dos investimentos em novas tecnologias microeletrônicas produtivas, impulsionada pelo Plano Cruzado, instaurado em 1986, cujo cenário mundial torna-se propício às exportações. A introdução da tecnologia microeletrônica traduz-se: na incorporação tecnológica, ainda parcial e seletiva, em pontos estratégicos da produção, concentrando-se no setor metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico; mantém e reproduz a heterogeneidade tecnológica, com padrões produtivos vinculados à Segunda e à Terceira Revolução Industrial; as tecnologias microeletrônicas predominam nas empresas que são vinculadas à exportação, principalmente em corporações

transnacionais e empresas que produzem insumos, maquinarias para as indústrias exportadoras. (ALVES, 2005)

Entretanto em 1987, assiste-se ao fracasso do Plano Cruzado e o retorno do ambiente inflacionário, diminuindo os investimentos em novas tecnologias, que só serão retomadas nos anos de 1990. Em relação às políticas sociais, nesse período, mantêm a característica compensatória, seletiva, fragmentada, marcada por iniciativas baixas no enfrentamento da “questão social”.

É nos marcos dos anos 1980 que é Promulgada a Constituição Federal, em 1988, configurando uma retomada do Estado Democrático de Direito. Para a elaboração da Constituição, foi designado um Congresso Constituinte. Esse processo torna-se uma arena de disputas políticas de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses distintos. De um lado, os eixos advindos das demandas das mobilizações dos trabalhadores, e de outro lado, as perspectivas de uma nova agenda liberal. Ao fim desse processo, o texto constitucional reflete a disputa de hegemonia,

[...] contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos humanos, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um Ministério de Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, entre outras), a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p. 141 – 142).

Pochmann (2004) elucida que o complexo da Seguridade Social (Previdência, Assistência, Saúde) representa maiores avanços legal, formando o tripé da Seguridade brasileira. Os artigos 194 a 204 da Constituição Federal de 1988 tratam da Seguridade Social – que é um conjunto de ações integradas do poder pública e da sociedade para assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência (BRASIL, 2012). Assim, compete ao poder público organizar a Seguridade Social com os seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos

empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 2012, p. 111).

Os anos de 1980 terminam com a Primeira Eleição Presidencial Direta após a Ditadura Militar, em 1989, quando se apresentam projetos radicalmente distintos com a candidatura de Fernando Collor de Mello e de Luís Inácio Lula da Silva. A vitória de Collor marca a virada política e econômica em direção ao ajuste neoliberal do Brasil, que se intensifica nos anos de 1990, principalmente com os governos (1995-1998 e 1999-2002) de Fernando Henrique Cardoso, consolidando o Brasil na dinâmica internacional.

2 AS TENDÊNCIAS DA PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL NA TEMPORALIDADE DOS ANOS 1980: ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES NA ÁREA DE POLÍTICA SOCIAL DO PPGSS/UFPI

No universo de 29 Dissertações defendidas, constatou-se que 18 (62%) vinculam-se à área de concentração Política Social e 11 (38%) pertencem à área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social. Este artigo analisará as 18 Dissertações de Política Social, para identificar as tendências da pesquisa nessa área de concentração e no Serviço Social.

Como indicado por Sposati et al (1998, p.23), “[...] a efetivação das políticas sociais é o espaço primordial da prática profissional do assistente social [...] Ele está diretamente vinculado à efetivação dessas políticas, entendidas enquanto mecanismos de enfrentamento da questão social[...]”. Por isso, constata-se a maior incidência de pesquisas nessa área. Em termos operacionais, esta pesquisa desenvolveu-se à luz de dois indicadores: política social e temática.

Tabela 1 - Frequência de ocorrência das Dissertações de Mestrado defendidas nos anos de 1980 e vinculadas à área Política Social do PPGSS/UFPI segundo os campos de atuação das Políticas Sociais.

Campos de Atuação das Políticas Sociais	N	%
Política da Habitação	04	22,2
Política de Educação	03	16,6
Política Social	03	16,6
Políticas Agrárias	02	11,1
Política da Saúde	01	5,5
Política da Saúde do Trabalhador	01	5,5
Política de Segurança Alimentar	01	5,5
Não Identificado	03	16,6
TOTAL	18	100

Fonte: Elaboração Própria, PPGSS/UFPI, 2018.

A Política Social com maior incidência nas pesquisas da década de 1980 em Serviço Social no PPGSS é a Política da Habitação (22,2%). Esta se apresenta nos estudos que a relacionam com as reivindicações populares em torno do direito à moradia, estudando principalmente a Política Habitacional dos anos de 1965 a 1985. Em seguida, indica-se a Política de Educação (16,6%), e os estudos sobre os fundamentos da Política Social (16,6%) que fazem uma discussão geral, por esse motivo não foram setorizadas como as demais. A quarta Política incidente diz respeito às Políticas Agrárias (11,1%); e com a mesma incidência de 5,5% sobressaem as Políticas da Saúde, da Saúde do Trabalhador e de Segurança Alimentar.

As Políticas Sociais setoriais são frutos da totalidade do real que se manifesta ao assistente social em seu espaço de atuação profissional, reconfigurando a imprescindibilidade de novas intervenções sobre as demandas sociais. Por essa razão, a pesquisa científica contribui para compreensão dessas realidades no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na intervenção.

Tabela 2 - Frequência de ocorrência das categorias temáticas que perpassam a pesquisa nas dissertações

Categorias Temáticas	N	%
Movimentos Sociais	07	38,8
Estado e sociedade	02	11,1
Desenvolvimento Rural	02	11,1
Sindicalismo	01	5,5
Questão Social	01	5,5
Gênero	01	5,5
Gestão	01	5,5
Trabalho	01	5,5
Violência	01	5,5
Não Identificado	01	5,5
Total	18	100

defendidas nos anos de 1980 e vinculadas à área de Política Social do PPGSS/UFPI.

Fonte: Elaboração Própria, PPGSS/UFPI, 2018.

Vislumbram-se nove categorias temáticas que medeiam os objetos de estudos das Dissertações. Com maior incidência verifica-se a categoria Movimentos Sociais (38,8%); a seguir Desenvolvimento Rural e Estado e Sociedade, ambas com 11,1%, vez que nesses anos de 1980 o contexto que “[...] reaparecem no cenário político forças

sociais que recuperam os espaços vedados a partir de 64 e se expressam através dos movimentos urbanos e rurais [...]”. (SPOSATI *et al*, 1998, p.21)

Com menor expressividade mais com um grau de significância tem-se a categoria Sindicalismo (5,5%), pois na década de 1980 dá-se o que os sociólogos chamam de “explosão do sindicalismo” no Brasil. Assim, enquanto nos países de capitalismo central e até países da América Latina os sindicatos passavam por uma crise do sindicalismo, no nosso país ganhava espaço político. (ALVES, 2005) Com a mesma incidência tem-se a categoria Questão Social “[...] cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social” (IAMAMOTO, 1997, p. 14); seguindo-se a categoria gênero, gestão, trabalho e violência.

Elucida-se que as temáticas estudadas e investigadas sofrem alterações conforme as determinações conjunturais, vez que cada época produz categorias temáticas de acordo com a dinâmica da sociedade. (KOWARICK, 1995)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conclusivos, atesta-se que a pesquisa científica na área do Serviço Social amplia-se a partir do surgimento dos Programas de Pós-graduações, do reconhecimento dos órgãos de fomento à pesquisa e o desenvolvimento a ampliação da pesquisa. Esse processo ganha impulso em 1987 com a fundação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (Cedepss), órgão da Associação Brasileira de Serviço Social (Abess), que em 1998 passa a ser chamada de Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). O crescimento dessa produção contribui com a própria profissão, desenvolvendo cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

Em relação ao PPGSS/UFFP, pode-se concluir que o programa tem cumprido o seu papel em analisar a realidade concreta que se apresentou nas determinações sócio-históricas na década de 1980. Sendo assim, o Serviço Social tem contribuído com a formação política, cultural, social etc.

Quanto aos objetos de análises dessas dissertações, comprovou-se que estão alinhados com os determinantes históricos da década contemplada nesta pesquisa, demonstrando que os assistentes sociais estão intensificando as pesquisas nessa área

para compreender, analisar e dar respostas concretas as demandas sociais postas, que são impetradas nos seus espaços ocupacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche; SILVA e SILVA, Maria Ozanira. A atualidade da pós-graduação na área de serviço social no Brasil. *In: Anais do XVIII Seminário Latinoamericano de escuelas de Trabajo Social*. La Questión social y La formación profesional em Trabajo Social en El contexto de lãs nuevas relaciones de poder y La diversidad latinoamericana. San Jose, Costa Rica, 2004.

HADDAD, Sérgio (Coord). **O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998. São Paulo: Ação Educativa, 2000. Disponível em:< <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1779/40.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > (Acessado em 11/07/2018).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *In: Debate* n. 6. Fortaleza: CRESS–CE, 1997.

KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social: avanços tendências (1995 a 1997). *In: Cadernos ABESS*. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, nº.8, p. 33-76, 1998.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social brasileiro**: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálisis*. Florianópolis, v. 16, n. esp. 2013. p. 17 – 27.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 1998.